

# RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS CAUSADOS POR TERCEIROS

## Autor(res)

Habib Ribeiro David  
Weberth Henrique De Souza Santos  
Stace Liz Carneiro  
Felipe De Almeida Campos

## Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

## Introdução

O ambiente digital transformou as relações humanas e jurídicas. Com o aumento da interação nas redes sociais, surgiram novas formas de danos, como ofensas, fraudes e discursos de ódio propagados por terceiros. Frente a isso, discute-se a responsabilidade civil das plataformas digitais que hospedam tais conteúdos. Embora o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) estabeleça diretrizes sobre essa questão, o desafio está em equilibrar a liberdade de expressão com a proteção da honra, imagem e integridade das pessoas. Esse cenário demanda uma análise cuidadosa da atuação das plataformas, dos limites da neutralidade da rede e da necessidade de efetividade dos direitos civis no mundo digital.

## Objetivo

Analisar a responsabilidade civil das plataformas digitais por danos causados por conteúdos de terceiros, com ênfase no equilíbrio entre liberdade de expressão e proteção de direitos fundamentais, à luz do Marco Civil da Internet e da jurisprudência atual.

## Material e Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise legislativa, com destaque para a interpretação do artigo 19 do Marco Civil da Internet. Utilizou-se também o estudo de casos práticos e julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em especial o REsp 1.693.718/MG, que trata da necessidade de ordem judicial para responsabilização das plataformas. Buscou-se uma abordagem crítica e humanizada, observando o impacto concreto da ausência de moderação de conteúdos prejudiciais na vida das vítimas, bem como a tensão existente entre a proteção de direitos individuais e o respeito à liberdade de expressão no meio digital.

## Resultados e Discussão

O estudo revelou que as plataformas, em regra, não são responsáveis previamente pelos conteúdos publicados por terceiros, conforme prevê o artigo 19 do Marco Civil da Internet. Entretanto, uma vez notificada judicialmente para remover conteúdo ilícito e não o fazendo, passa a responder civilmente. Jurisprudência do STJ reforça essa

posição (REsp 1.693.718/MG), mas também há movimentos no Judiciário para flexibilizar essa regra em casos de graves violações de direitos fundamentais, especialmente quando a plataforma demonstra negligência no controle de conteúdos nocivos. Essa tendência busca um equilíbrio necessário entre inovação tecnológica e a proteção da dignidade da pessoa humana.

### **Conclusão**

A responsabilidade civil das plataformas digitais é tema central na proteção dos direitos individuais no meio virtual. Embora a legislação privilegie a liberdade de expressão, o dever de agir diante de danos evidentes é imprescindível para garantir a efetividade dos direitos civis. O Judiciário tem sido essencial na construção de limites mais humanizados e justos.

### **Referências**

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Superior Tribunal de Justiça (STJ). REsp 1.693.718/MG.

DONEDA, Danilo. "O Marco Civil da Internet e os desafios da responsabilidade civil". Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 9, 2016.